

Verba do FGTS é desviada para usos não previstos

LEANDRA PERES
JULIANNA SOFIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo já autorizou o uso de R\$ 23 bilhões de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para finalidades que não têm nenhuma relação com habitação e saneamento, aplicações previstas originalmente na lei que criou o fundo em 1966. O valor desviado para outros projetos já supera 1% do patrimônio total do FGTS, que é de R\$ 215 bilhões.

Esse desvio de funções tem uma explicação: turbinado pelo crescimento do emprego e pelos ótimos resultados nos últimos anos, o FGTS tornou-se uma das únicas fontes de dinheiro para financiar projetos de longo prazo a um custo barato, especialmente depois que o mercado internacional foi afetado pela crise econômica.

Somente para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o FGTS já repassou R\$ 13 bilhões. Uma parcela de R\$ 6 bilhões foi retirada diretamente do patrimônio do fundo, que tinha títulos do governo em caixa e os repassou para o banco.

Para ficar com os recursos, o banco se comprometeu a pagar

aos trabalhadores com a mesma taxa de juros e nos mesmos prazos que o governo. A aplicação desse dinheiro está nas mãos do BNDES, que financia desde pequenas empresas até grandes projetos industriais e a construção de novas fábricas.

Infraestrutura

A outra parte do dinheiro está sendo usada em obras de infraestrutura. Mas, em vez de financiar diretamente as empresas, como havia anunciado quando criou um fundo com recursos do FGTS para financiar obras pelo país —o FI-FGTS—, o governo destinou R\$ 7 bilhões para o banco de fomento investir por conta própria.

Com isso, trabalhadores, governo e empresários —que hoje são responsáveis pela gestão compartilhada do fundo— perdem poder de decisão sobre os recursos. O FI-FGTS foi criado pelo governo no lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007. Para o fundo de investimento, foram reservados R\$ 17 bilhões, dos quais R\$ 7 bilhões ficaram com o banco de fomento.

Os outros R\$ 10 bilhões são operações diretas do fundo com as empresas. Até agora, o governo já assinou contratos

emprestando R\$ 11,3 bilhões do total, sendo a maior fatia para o setor de energia.

Dinheiro barato

Os recursos obtidos por meio do FGTS são sempre bem mais baratos. Isso porque os trabalhadores, a quem o dinheiro do fundo pertence, recebem juros de apenas 3% ao ano, além da TR (Taxa Referencial).

No fundo que empresta para infraestrutura, o governo estabeleceu que o rendimento mínimo dos empréstimos será de 6%, acima da TR. Ainda assim, essas taxas não se comparam ao que é cobrado no mercado financeiro, em que a Selic, que é a referência mínima para os juros, está em 13,75% ao ano.

“É preciso haver muito cuidado com as iniciativas que usam recursos do FGTS. Esse dinheiro tem dono. O FGTS carrega um passivo, isto é, é preciso haver o dinheiro caso o trabalhador tenha de sacá-lo”, afirma o vice-presidente para fundos da Caixa Econômica Federal, Wellington Moreira Franco.

A área técnica da Caixa Econômica —banco que administra o FGTS— mostra preocupação com o desvirtuamento do FGTS para uso em infraestrut-

tura porque isso pode abrir caminho para outras medidas que descapitalizem o patrimônio do trabalhador.

O governo argumenta, porém, que o dinheiro direcionado para infraestrutura vem do superávit do FGTS. Ou seja, se todos os trabalhadores pudessem sacar, o fundo teria como quitar a dívida e ainda registraria sobra de caixa.

“Concordamos em usar o dinheiro do superávit do FGTS, mas somos contrários a qualquer outro uso dos recursos da conta vinculada de cada trabalhador que não em habitação e em saneamento”, diz o secretário-geral da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Quintino Severo.

Os sindicalistas foram contrários à troca de títulos que o FGTS fez com o BNDES.

O presidente do Instituto FGTS Fácil, Mario Avelino, diz que o financiamento da infraestrutura foi positivo porque garante um rendimento mínimo para o dinheiro do fundo, mas defende mais facilidade de saque por quem possui a conta vinculada.

“É preciso facilitar o uso do dinheiro pelo trabalhador, e não pelo setor privado”, afirma Avelino.